

STANLEY E. HILTON

OS ESTADOS UNIDOS
E A
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

(Separata do "Mensário do Arquivo Nacional", n.º 11/72)

Rio de Janeiro, GB

7-A
SERV. ex. 2

Este trabalho foi publicado
no mensário do AN. O autor
pode por conta o mesmo
trabalho! / Dai a dúvida!
é Pub. Avulsa?

não consta do trab.
da Maria Juss!

em 29/6/89

Informação de Lúcia
Benhistano

2 Ex.

Não é publicação do AN

A Wanta
Com as
diversas
Stoney

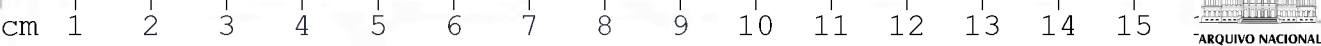
STANLEY E. HILTON

OS ESTADOS UNIDOS
E A
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

(Separata do "Mensário do Arquivo Nacional", n.º 11/72)

PA0064-A
ex. 2
PRESERVAÇÃO

Rio de Janeiro, GB



ARQUIVO NACIONAL
Seção de Publicações Oficiais
LIVRO N.º 278
Em 20/12/88

ARQUIVO NACIONAL
Livro n.º 4/682 54 ds
15/08/2005
Biblioteca

OS ESTADOS UNIDOS E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Stanley E. Hilton
Centro de História Contemporânea
Arquivo Nacional

•
Universidade Federal Fluminense

O fato dos Estados Unidos terem sido a primeira nação a reconhecer a independência do Brasil alimentou um mito, ainda repetido por diplomatas e jornalistas, de que, desde o próprio início de seus contatos oficiais, os dois países compartilhavam ideais e valores, e que estavam ligados por simpatia e respeito mútuos. A verdade histórica, como sabem os especialistas, é bem diferente. Os Estados Unidos e o Brasil, de fato, tinham muito pouco em comum, e suas relações se caracterizavam mais por atritos e divergências, do que compreensão fraternal. Assim, este trabalho traça o curso das relações entre Washington e a Casa de Bragança, durante um período que abrange a vinda da Corte Portuguesa e o reconhecimento da independência brasileira, mostrando a interação de atitudes e política norte-americanas, na esperança de chegar a uma compreensão mais precisa do significado, para os Estados Unidos, dos acontecimentos dramáticos de 1822.

A atitude norte-americana para com o movimento de independência brasileira compreende-se corretamente só quando projetada na tela mais ampla da política externa dos Estados Unidos face a América Latina e Europa durante o período crítico de 1810 a 1825.¹ Os publicistas e estadistas norte-americanos naturalmente encararam a situação brasileira como parte do fenômeno geral da dissolução de laços coloniais entre o Novo e o Velho

Mundo. Tratava-se não apenas de relações entre a América do Norte e do Sul, mas sim de uma interação triangular. Um determinante chave da política norte-americana com respeito à América do Sul era, assim, o estado das relações entre os Estados Unidos e as várias potências européias.

O interesse norte-americano na América Latina era ao mesmo tempo econômico e político-ideológico. O comércio com essa região aumentou enormemente depois que a Espanha, em 1797, abriu os portos de suas colônias no Novo Mundo a navios dos neutros, e as oportunidades oferecidas pela perspectiva de as colônias tornarem-se independentes pareciam vastas.² Os Estados Unidos tinham também um interesse óbvio em ver uma potência européia reduzida em seus territórios próximos aos Estados Unidos. O Presidente Thomas Jefferson (1801-1809), nacionalista e expansionista ardente, escrevendo em 1808, numa hora em que as tropas de Napoleão procuravam dominar a Península Ibérica, enunciou em caráter privado uma idéia que serviria de base para a política norte-americana durante todo o período em debate. "Consideramos os seus interesses iguais aos nossos," afirmou Jefferson, "e que a meta de ambos deve ser excluir toda influência européia deste hemisfério." Os Estados Unidos, porém, aceitariam o status quo, isto é, aquiesceriam na manutenção do controle espanhol sobre a região, mas, disse Jefferson, seriam contrários a qualquer transferência das colônias espanholas à França ou à Inglaterra.³

Os movimentos emancipadores que surgiram em toda a América Espanhola, em 1810, naturalmente captaram a simpatia norte-americana. "Esta Nação parece regosijar-se com as revoluções que tem havido em algumas partes da América Espanhola," observou o cônsul português em Filadélfia, "e pelas Gazetas abertamente louvavam esses procederes, e desejam que todas as Colônias se façam independentes."⁴ Um ano depois, vários ministros norte-americanos em postos europeus receberam instruções para fazer tudo o

que pudessem para persuadir os respectivos governos a reconhecerem as juntas revolucionárias na América Latina. "Não deixará de cuidar disto, porque seria fazer justiça às reivindicações de nossos Irmãos do Sul, aos quais os Estados Unidos não podem ser indiferentes, e também porque seria do interesse deste País," escreveu o então Secretário de Estado James Monroe.⁵

Estas instruções, elaboradas em novembro de 1811, servem como um complemento iluminador ao comentário de Jefferson uns três anos antes. Junto com este, constituem uma expressão nítida do que se tornou a política americana em relação à luta latino-americana para a independência: apoio moral e toda medida legal para ajudar os rebeldes, mas nenhuma intervenção ativa e, aliás, uma disposição a permitir que os dois partidos resolvessem sózinhos sua disputa. "Com respeito às colônias [espanholas]," Monroe, já Presidente, lembrou mais tarde, "nosso objetivo tem sido o de colocar na sua balança o peso, num sentido moral, dos Estados Unidos, sem nos comprometer tão profundamente que nos tornemos antagonistas na contenda."⁶ Se, porém, a independência das províncias latino-americanas era considerada como um interesse importante dos Estados Unidos, como explicar a relutância em intervir ativamente?

Ao analisar a política externa norte-americana com respeito a essa questão, é importante levar sempre em conta três fatores interligados. Em primeiro lugar, os Estados Unidos eram um país novo, com problemas internos diversos, de grande alcance, ainda não resolvidos. Quando começou o movimento geral de emancipação latino-americana, os Estados Unidos completavam somente seu terceiro decênio de vida como nação independente. Seu sistema governamental ainda não se tinha definido totalmente, e várias questões constitucionais, como o controle de política externa, ou a autoridade do governo federal vis-à-vis os governos estaduais estavam sendo debatidas. Os limites nacionais não es

tavam bem demarcados, e disputas fronteiriças importantes se processavam com a Espanha, no Sul e Sudoeste, e com a Inglaterra, ao Norte e Noroeste. O país era agrário, e o crescimento da economia, desequilibrado. A rede de comunicações não estava bem desenvolvida, e as finanças, desorganizadas e instáveis. O país, de fato, emergiu da Guerra de 1812 com o Tesouro em bancarrota e, de certo, o pânico de 1819 refletiu a estrutura pouco estável da expansão artificial de pós-guerra.⁷ Os problemas internos, em suma, atraíam cada vez mais a atenção do público e dos líderes americanos. A Guerra de 1812 marcou, sim, o fim da época em que assuntos externos dominaram a vida política nacional. Terminada a guerra, os Estados Unidos entraram num longo período de absorção em problemas domésticos.⁸

Um segundo fator que se tem de levar em conta foi a fraqueza militar nacional naquela época. Com comunicações integras inadequadas e nenhum grande exército ou marinha de guerra regular, os Estados Unidos não estavam absolutamente em condições de engajarem-se em aventuras no setor externo. É verdade que, durante a Guerra de 1812, as forças americanas conseguiram neutralizar as forças inglesas. Mas aquelas lutaram em solo nativo, enquanto os ingleses enfrentavam problemas logísticos sérios e estavam sempre com um olho voltado para a Europa. Ainda assim, os exércitos americanos não escaparam a derrotas constrangedoras, como a captura humilhante da Capital Federal pelos ingleses. Qualquer disposição que os Estados Unidos tivessem sentido para enfrentar militarmente uma potência estrangeira, por questões não-territoriais, desapareceria com a guerra.

Uma intervenção enérgica a favor dos rebeldes na disputa entre a Espanha e suas colônias teria necessariamente levado os Estados Unidos a um choque com outras potências? Na opinião dos líderes americanos, teria sido inevitável. A Europa, depois de 1815, parecia estar unida sob a bandeira da Santa Aliança e de

dedicada à destruição do espírito liberal ou revolucionário onde quer que surgisse. John Quincy Adams, como Ministro em Londres, e depois como Secretário de Estado, advertiu repetidas vezes sobre a probabilidade de guerra com pelo menos a Grã-Bretanha se, "ou por termos reconhecido os sul-americanos, ou por outros motivos," os Estados Unidos entrassem em guerra com a Espanha.⁹ Membros do Ministério e líderes do Congresso compartilhavam dessa apreensão,¹⁰ e Monroe, como Secretário de Estado e como Presidente (1817-1825), concordava com eles: "...pois estou certo," escreveu em 1820, "que se tivéssemos entrado na luta como seus aliados, ter-lhes-íamos trazido mais prejuízo do que benefício, porque assim toda a Europa teria entrado contra eles, para não falar no dano que teríamos causado a nós mesmos."¹¹

Outro fator, sem dúvida menos importante que os três acima mencionados, mas que ainda assim talvez tivesse influenciado os estadistas americanos, era um profundo preconceito contra a sociedade latino-católica e, por conseguinte, dúvida sobre a capacidade e mérito dos latino-americanos, dúvida que se expressou com frequência em círculos americanos responsáveis. Em parte, esse preconceito existia em função de um sentido, às vezes exaltado, de missão que inspirava os líderes daquela nação republicana, protetante e antitradicionalista.¹²

Jefferson foi um excelente exemplo de líder nacional que mantinha fortes dúvidas sobre os latino-americanos. "A História, creio, não oferece um exemplo de um povo infestado por sacerdotes que tenha conseguido manter um governo civil e livre," observou em tom pessimista, em 1813, ao refletir sobre a luta dos patriotas sul-americanos. Cinco anos depois ele chegaria à conclusão de que "o pior inimigo está dentro de seus próprios peitos. A ignorância e a superstição apenas escravizarão seus espíritos e seus corpos sob despotismos religiosos e militares."¹³

O Senador Rufus King - "...se os Sul-Americanos são

capazes e dignos de autonomia, este é um assunto que nos estrange examinar..." - e outros políticos também levantaram dúvidas sobre o mérito dos latino-americanos.¹⁴ Aliás, perguntou retóricamente o ex-Presidente John Adams, "Pode a Religião [Católica] Romana e um Governo livre coexistirem?"¹⁵ Seu filho, Secretário de Estado e futuro Presidente, John Quincy Adams, em certa ocasião explicou a um visitante porque a neutralidade era a melhor política para os Estados Unidos face às guerras de independência na América Latina:

Se é que estão lutando pela sua independência, eu lhes desejo sorte; mas não vejo até agora esperança de estabelecerem instituições governamentais livres ou liberais. Não é provável que promovam, com seu exemplo, o espírito de liberdade ou de ordem. Não tem nem mesmo os elementos primordiais para um governo bom ou livre. Um poder arbitrário, militar e eclesiástico, deixou sua marca em sua educação, em seus costumes, e em todas suas instituições.¹⁶

A América Portuguesa também foi incluída nos prognósticos céticos dos observadores americanos, e uma série de agentes diplomáticos mandaram relatórios pouco elogiosos sobre as instituições sociais e políticas brasileiras. Nem todos, porém, eram tão depreciativos quanto um ofício do Cônsul Henry Hill, que desprezou os brasileiros como "imorais, ignorantes e supersticiosos," e concluiu que eram "totalmente incapazes de autogoverno."¹⁷

Estes vários fatores - problemas internos, fraqueza militar, convicção de que qualquer intervenção fora das regras de neutralidade envolveria o país numa guerra generalizada, e, finalmente, o preconceito anticatólico - determinaram, assim, a política norte-americana com relação à América Latina, em geral, e, em particular, a áreas específicas, incluindo o Brasil. Ao contrário das províncias espanholas, porém, a situação do Brasil, durante a maior parte desse período, não exigia tomada de posições. As consequências da invasão napoleônica foram, sabidamente, diferentes para a Espanha e para Portugal. Se, de um la-

do, a diplomacia norte-americana teve de enfrentar, na América Espanhola, contendores opostos, cada um lutando pela legitimidade política, de outro lado, a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil permitiu continuidade maior nas relações diplomáticas deste país com os Estados Unidos.

Estas relações eram tranquilas até a Guerra de 1812. O Presidente Jefferson, ao saber da chegada da Corte no Brasil, designou um comerciante, Henry Hill, para servir como cônsul neste país, e incumbiu-o de levar a Dom João uma mensagem cordial na qual o Presidente expressou seu interesse pelo estabelecimento de "um sistema de intercâmbio entre as diversas regiões deste hemisfério."¹⁸ No ano seguinte, a nomeação de um Ministro, Thomas Sumter, Jr., para representar os Estados Unidos junto à Corte Portuguesa, e a venda de produtos calculada em quase um milhão de dólares, seguidas nos dois anos posteriores por um aumento de 100%, em termos de valor, do comércio entre os dois países, pareciam um bom augúrio para o futuro das relações americano-portuguesas.¹⁹

Qualquer entusiasmo que esses fatos pudessem ter causado aos comerciantes americanos foi, porém, de pouca duração. A Guerra de 1812 repercutiu desastrosamente no comércio americano, que começou a se ressentir ainda das conseqüências das vantagens concedidas pelo governo de Dom João aos ingleses. A exportação americana para o Brasil sofreu, de fato, uma diminuição de 75% entre 1811 e 1816, caindo de US\$ 1.700.000 para US\$ 410.000.²⁰

As relações políticas entre Washington e a Casa de Bragança também pioraram nesse período, pela incapacidade ou não disposição do governo português em fazer respeitar sua neutralidade durante a Guerra de 1812, e os consequentes prejuízos sofridos pela marinha mercante norte-americana.²¹ Aos olhos dos ideólogos norte-americanos, o Brasil tampouco despertava o mesmo interesse que certas regiões da América Espanhola, por causa da a-

parente estabilidade do regime português.

A aceitação, por parte do governo norte-americano, da a
levação do Brasil ao status de Reino, em fins de 1815, foi ape-
nas cordial. O Ministro Sumter aproveitou a ocasião para instar
o monarca a estreitar relações com os Estados Unidos, já "que a
certeza, agora oferecida, da independência do Brasil" parecia re
forçar essa possibilidade. Em Washington, o então Secretário de
Estado Monroe expressou ao encarregado português sua "grande sa-
tisfação" e também seu interesse em melhorar as relações com Por-
tugal.²² Mas havia pouco entusiasmo no meio oficial norte-ameri-
cano para com a Casa de Bragança, e as repetidas reclamações do
ministro português em Washington, Corrêa da Serra, provocadas
por ataques, contra navios portugueses, feitos por corsários uru-
guaios armados em portos norte-americanos, aliadas às contraquei-
ras apresentadas pelo Departamento de Estado pelos danos sofri-
dos durante a Guerra de 1812, em nada contribuíram para melhorar
a situação.²³

Foi nesta atmosfera que chegou aos Estados Unidos, em
fins de abril de 1817, a primeira notícia de uma revolução em
Pernambuco contra a autoridade real.²⁴ Para os norte-americanos,
que tendiam a ver em qualquer movimento antimonarquista uma pro-
va de patriotismo, os acontecimentos foram considerados como a
primeira manifestação de uma reação verdadeiramente "patriótica"
no Brasil. A notícia, por conseguinte, foi recebida com indifere-
nte entusiasmo pela imprensa, de um canto a outro do país. "Al-
tamente Importante" foi o título do primeiro artigo sobre o as-
sunto a aparecer no prestigiado National Intelligencer (29 de a-
bril) de Washington, enquanto o Boston Patriot (3 de maio) rotu-
lava o movimento como uma "Importante Revolução." E esta "revolu-
ção," acrescentava o Baltimore Patriot (29 de abril), muito "agra-
da aos amigos da liberdade republicana."

Os comentários baseavam-se em duas suposições. Supunha

se, de um lado, que a rebelião fosse apenas a fagulha de uma conflagração que acabaria por envolver o país inteiro. Todo o Brasil, um semanário popular anunciou com óbvia satisfação, estava "maduro para a revolução."²⁵ "A permanência da Corte de Portugal no Rio vem...contendo o espírito revolucionário que está fermentando há alguns anos, mas," afirmou o Boston Intelligencer (3 de maio), "agora será impossível impedi-lo." O Boston Patriot (24 de maio), campeão exaltado da causa da soberania popular, concordou com palavras que refletiam, talvez, tanto esperança quanto convicção: "Os Brasis têm durante muitos anos gemido sob o pesado jugo do Rei de Portugal..." declarou um editor do Patriota, mas agora "todo o Brasil indubitavelmente seguirá o exemplo de Pernambuco, o primeiro a sacudir-se do jugo."

A segunda suposição comum era que a insurreição tinha caráter republicano, que seu objetivo era estabelecer um sistema político moldado no norte-americano, e que o novo regime procuraria ligações íntimas com os Estados Unidos. O mesmo Boston Patriot (3 de maio), por exemplo, informou a seus leitores que os "patriotas" de Pernambuco eram "inteiramente a favor dos Estados Unidos," apreciação esta reiterada pelo respeitado Niles' Weekly Register (10 de maio), que acrescentou que os pernambucanos "parecem possuir noções acertadas sobre o sistema republicano."²⁶

Os líderes revolucionários de Recife haviam previsto esta reação por parte da opinião pública nos Estados Unidos, e desejavam aproveitá-la como alavanca para forçar o apoio do governo norte-americano. Um dos primeiros atos dos chefes rebeldes foi, assim, escrever uma carta ao "Caro Irmão" Presidente Monroe, na qual argumentavam que a causa pernambucana era a mesma dos norte-americanos em 1776, e prometiam "liberdade absoluta de comércio convosco, e a mais perfeita reciprocidade, e igualdade com outra qualquer nação..."²⁷

Ao mesmo tempo designaram Antônio Gonçalves da Cruz e-

missário especial destas saudações a Monroe. Cruz era homem abagado, e seus sentimentos republicanos haviam-lhe acarretado a má vontade das autoridades constituídas antes mesmo da revolta. Ele já tinha, de fato, vendido seus bens e preparava-se para embarcar para New York quando rebentou a revolução. Persuadido a servir à causa, Cruz partiu para os Estados Unidos incumbido da missão quase impossível de conseguir o reconhecimento formal, suprimientos de guerra, e talvez o serviço de oficiais franceses emigrados.²⁸

O enviado pernambucano teve entusiástica recepção pública nos Estados Unidos. Sua chegada alimentou veleidades nacionais e ideológicas, bem como apetites comerciais. "Salve, Pernambuco! Salve, a Nova República!" foi o cabeçalho com que o Boston Patriot (17 de maio) saudou o emissário dos revoltosos. Aproveitando a oportunidade para atacar os princípios monarquistas, o Patriot louvou a "sabedoria, humanidade, moderação e unanimidade" do governo rebelde em Recife que, o jornal asseverou, tinha um "caráter de solidez muito superior a qualquer outro da América do Sul." Outros jornais orgulhavam-se do fato de patriotas de outros países considerarem os Estados Unidos como "seu guardião e protetor natural."²⁹ Realmente, concluiu um jornal de Boston, "a influência da revolução norte-americana nos destinos morais da humanidade é um assunto complexo demais para ser compreendido pelo mais esclarecido estadista."³⁰

Mas não se tratava apenas de sentimentos políticos e orgulho nacional. Com a notícia da revolta, o Boston Patriot percebera possíveis oportunidades financeiras, e agora com os rumos de que Cruz não seria recebido oficialmente pelo governo em Washington, enfatizou (27 de maio) que "a amizade dos patriotas de Pernambuco talvez dentro de pouco tempo seja importante do ponto de vista comercial." Já que "por remota que seja, qualquer tendência a estimular nosso comércio deveria ser cuidadosa

mente cultivada," o jornal bostoniano estava certo de que Cruz seria recebido "pelo Presidente e por todos os membros do governo."

O Patriot estava enganado. Não que os acontecimentos em Pernambuco não tivessem atraído a atenção oficial. Pelo contrário, haviam suscitado excitadas discussões no meio oficial e diplomático de Washington. O Barão Hyde de Neuville, ministro francês, por exemplo, no mesmo dia em que a notícia se tornou pública, escreveu ao Duque de Richelieu que o movimento pernambucano parecia "très menaçant" à estabilidade monárquica no Brasil e que assim "l'esprit révolutionnaire se propage de plus en plus dans l'Amérique du Sud."³¹ O Ministro Corrêa da Serra naturalmente ficou alarmado, e apressou-se em avisar ao Departamento de Estado que os acontecimentos constituíam uma "simples insurreição que seria tão efêmera quanto não-justificável sob qualquer pretexto de infelicidade ou opressão." O governo norte-americano, argumentou o diplomata português, não deveria receber qualquer agente enviado pelos rebeldes. Posteriormente, Corrêa entregou notas no mesmo teor, e fez publicar um artigo minimizando as possibilidades de êxito dos revolucionários.³² A 14 de maio voltou ao Departamento de Estado para reclamar dos armamentos que alegadamente estavam sendo transportados para os pernambucanos. Os Estados Unidos, comentou irritado, a certa altura, eram considerados pelas nações européias como "os grandes fomentadores de rebeliões."³³

Líderes nacionais de grande influência, como os ex-Presidentes Jefferson e Adams, e o próprio Presidente Monroe, simpatizavam com a causa pernambucana. Quatro dias antes do início da discussão pública do caso pernambucano, o Presidente Monroe expressara particularmente sua "esperança bem fundamentada" de que as províncias hispano-americanas tivessem êxito em seus esforços para conseguir a independência,³⁴ e assim ele só podia sentir-se



contente com a notícia da fermentação no Brasil, também. Mas era-lhe impossível pensar em afastar-se da política de neutralidade. As relações com a Espanha já estavam estremecidas, e qualquer ajuda oficial aos rebeldes de Recife certamente repercutiria mal nas relações já não muito cordiais com Portugal. A chegada de Cruz, com a intenção óbvia de solicitar ajuda do governo norte-americano, colocou Monroe em uma situação que podia tornar-se pouco cômoda. Ele queria manifestar, de forma não-oficial, sua solidariedade com os pernambucanos, mas ao mesmo tempo precisava desestimular Cruz, para que este não insistisse em tentar conseguir o impossível.

O Presidente decidiu, para isto, mandar um representante particular, Caesar Rodney, encontrar-se em caráter privado com Cruz para explicar-lhe a situação do governo. Monroe mandou dizer-lhe que os Estados Unidos concederiam privilégios de beligerante ao governo de Recife, e que ele, Monroe, e todo o povo norte-americano esperavam que a "causa da liberdade e da autonomia" triunfasse no Brasil. Mais do que isso, porém, nada podia fazer. Na opinião de Monroe, aliás, os Estados Unidos serviriam melhor aos patriotas brasileiros mantendo uma atitude neutra. "Que enquanto permanecerem [os Estados Unidos] neutros," Rodney lembrou que o Presidente dissera, "as províncias podem conseguir seus primtos, sem a intervenção da Inglaterra que, se nós tomássemos uma parte ativa, imediatamente interditaria o comércio." Os países europeus eram todos "desfavoráveis senão hostis" aos revolucionários, e qualquer intervenção norte-americana, Monroe explicou, provavelmente "provocaria a inimizade da liga [i.e., Santa Aliança] inteira." Além disto, Monroe acreditava não ter o Chefe do Poder Executivo dos Estados Unidos autoridade constitucional para tomar qualquer decisão sobre política externa que poderia levar o país à guerra. Assim, concluiu, estava certo de que Cruz não lhe solicitaria audiência e, se desejasse dirigir-

se ao governo, fa-lo-ia pelos canais normais através do Departamento de Estado.³⁵

No dia seguinte, 5 de junho, Rodney foi a Filadelfia, onde Cruz se instalara. Em sua conversa com o emissário presidencial, Cruz salientou a disposição amigável dos pernambucanos para com os Estados Unidos, e comparou sua situação à luta pela independência norte-americana. Mencionou a carta que trazia de seu governo para o Presidente Monroe, e explicou que também tinha poderes para assinar um tratado de comércio "altamente vantajoso" para os Estados Unidos. Disse estar, porém, satisfeito com o recado de Monroe, e que reconhecia a necessidade de grande cautela nas atuais circunstâncias internacionais. Mandaria suas informações ao Departamento de Estado e não apareceria na Capital pessoalmente.³⁶

Se os líderes pernambucanos, de fato, basearam a revolta na esperança de conseguir o reconhecimento formal dos Estados Unidos, e mandaram Cruz a Washington para isto,³⁷ cometeram um erro de juízo sério, porque a missão de Cruz, como se vê, fracassou logo no início. Publicistas norte-americanos continuaram a enfatizar os possíveis benefícios comerciais que resultariam de ligações mais estreitas com a América do Sul

Devemos procurar nas repúblicas do sul, que são nossos aliados [econômicos] naturais, os entrepostos de nosso comércio, as fontes dessas riquezas das quais o egoísmo sordido da Europa nos exclui..."³⁸

mas a provável sorte dos pernambucanos oferecia poucas esperanças de ter oportunidades para explorar essas riquezas. "Se tal espírito [de liberdade e patriotismo] estiver espalhado [no Brasil], o rei de Portugal não poderá contê-lo," declarou o Niles' Weekly Register (28 de junho) com razão, mas sem entusiasmo. O conhecido mensário North American Review deu uma nota pessimista, em julho, com respeito à tentativa de derrubar em Recife a

autoridade real, "ramal podre de um tronco decadente," e a imprensa, mais tarde nesse mesmo mês, divulgou a notícia de que os pernambucanos haviam abandonado a luta.³⁹ Uma súplica eloquente de "qualquier socorro"[sic] enviada por Cruz à Casa Branca não foi atendida, e seus esforços posteriores de conseguir a ajuda de oficiais franceses e de revolucionários hispano-americanos também foram improdutos.⁴⁰

O episódio pernambucano, porém, estimulou o já agudo interesse da administração Monroe no progresso dos movimentos revolucionários na América do Sul, e acelerou os planos do Presidente de mandar uma missão especial à costa ocidental daquela região para colher informações. Os preparativos foram feitos ainda antes da chegada da notícia da derrota patriota em Pernambuco, mas uma série de acontecimentos adiaram a partida dos três comissários —Caesar Rodney, Theodorik Bland, e John Graham — até o fim do ano. As instruções originais, escritas em meados de julho, incumbiram os três agentes de estudar a situação política, econômica e militar da América do Sul, prestando especial atenção às atitudes para com os Estados Unidos e a Europa, e às possibilidades de intercâmbio comercial. Refletindo o interesse do governo Monroe nos acontecimentos no Brasil, deveriam visitar Salvador e Recife, além de Rio de Janeiro, Buenos Aires e outros pontos. O fracasso do movimento revolucionário no nordeste brasileiro, porém, levou o Departamento de Estado a cancelar as escalas em Pernambuco e Bahia.⁴¹

Chegando ao Brasil, os observadores especiais encontraram uma situação aparentemente tranquila. D. João, talvez porque sua aventura no Rio da Prata estava provocando a oposição de toda a Europa, concedeu uma audiência ao capitão do navio, a bordo do qual viajavam Rodney e seus colegas, e manifestou "grande respeito para o governo dos Estados Unidos, e declarou-se extremamente desejoso de cultivar sua amizade...." Do Ministro Sumter

os visitantes souberam que o sentimento revolucionário não se havia espalhado pelo país, e assim, o que parece ter-lhes impressionado mais foi o potencial econômico do país. De volta aos Estados Unidos, o jovem secretário da missão, Henry Brackenridge, publicou um livro no qual expressou sentimentos compartilhados por muitos norte-americanos com experiência em assuntos latino-americanos:

Os únicos impérios que podem ser comparados ao do Brasil, em termos de extensão [magnitude], são os da China, da Rússia, e dos Estados Unidos; e embora atualmente seja o menor em termos de povoamento, dia virá em que será o maior. O Brasil é, de fato, o corpo e a alma da América do Sul.... Talvez pareça prematuro neste momento fazer uma comparação entre os Brasil e nosso país; mas hora chegara em que tal comparação parecera natural, e até inevitável. Se [for] organizado [formado] pelo poderoso genio de um Pedro o Grande, e desenvolvido em escala comparável a sua extensão, a seus recursos e suas vantagens extraordinárias, dentro de pouco tempo a verdade destas observações tornar-se-á evidente.

As conclusões de Brackenridge sobre o interesse norte-americano no sistema político brasileiro refletiam o mesmo preconceito republicano que caracterizava os norte-americanos em geral:

Encarando os Brasil, por conseguinte, como um rival, e dadas as circunstâncias o devem ser, talvez seja bom que estejam sob [o domínio] de uma família de reis que provavelmente não inspirará a nação com a energia formidável de nossa republica, mas ao contrário dissipará, em projetos infantis e extravagâncias reais, a força do corpo político.

Era do interesse norte-americano, achava Brackenridge, cultivar a boa vontade do Brasil: "Que façam o que quiserem com seu governo monárquico," ele recomendou, "que não estamos procurando conversos ao republicanismo...."⁴² O fato do valor da exportação norte-americana para o Brasil ter aumentado progressivamente nos cinco anos seguintes — de US\$ 413.000 em 1817 a US\$ 1.381.000 em 1821⁴³ — embora não atingisse o nível de 1811, parecia justificar, em parte, a avaliação otimista de Brackenridge.

Politicamente, porém, as relações entre Washington e a Casa de Bragança permaneciam estremecidas. O Departamento de Estado estava contrariado com o tratamento dispensado a certos cidadãos norte-americanos pelas autoridades brasileiras, enquanto a Corte no Rio de Janeiro não estava contente com a atitude dos Estados Unidos durante o episódio pernambucano. E também havia o velho problema de ataques uruguaios a navios luso-brasileiros. O resultado desta luta diplomática contínua foi envolver as relações luso-americanas em um manto de acrimonia. "As notícias do Rio de Janeiro," observou o Secretário da Fazenda a certa altura, "nos apresentam uma imagem muito desfavorável do estado de espírito do Governo Português."⁴⁵ Nenhum dos dois queria que suas relações piorassem, mas cada um parecia ou incapaz ou não-disposto, a tomar medidas para conciliar o outro.

As coisas pareciam ter chegado a seu ponto crítico em 1819, quando John Graham, um dos três comissários que visitaram o Brasil no ano anterior, foi nomeado substituto de Sumter como ministro junto à Corte. O Secretário de Estado Adams deu instruções a Graham para lembrar ao governo luso que os Estados Unidos estavam atentos ao problema das transgressões, feitas pelos partidários de Artigas em sua luta contra o Brasil, às leis de neutralidade norte-americanas, e que era seu "sincero desejo" manter relações amistosas com o Brasil. Ao mesmo tempo, disse Adams, "o senhor defenderá, com espírito conciliatório, e todo o respeito indicado, mas com firmeza e energia, o direito dos Estados Unidos a uma reciprocidade nestas disposições amigas...."⁴⁶

A missão de Graham, contudo, estava destinada a produzir poucos resultados. Em seu primeiro encontro com Dom João, em agosto de 1819, Graham falou - em espanhol - do desejo de seu governo de melhorar as relações com Portugal, e, por ter dificuldade em entender português, acreditou ter o Rei respondido

em termos semelhantes. Tomás Antônio de Vilanova Portugal, o Ministro das Relações Exteriores, não teve dificuldade em fazer-se entender. Quando Graham abordou a possibilidade de reduções mútuas de tarifas, o diplomata português retrucou "um tanto abruptamente... que não era hora de falar em acordo comercial, já que os dois países estavam quase em guerra um com outro." Tomás Antônio ainda fez pouco caso da indagação de Graham sobre marinheiros norte-americanos em prisões brasileiras, alegando que a importância atribuída ao assunto era exagerada. Também rejeitou uma sugestão para que os dois tivessem, oportunamente, conversas "livres e informais" sobre as várias questões entre seus países. "Este fato," observou Graham, "diminui minha esperança de poder trabalhar com ele."⁴⁷ Longas semanas de negociações improdutivas deixaram Graham totalmente desanimado: "...há, no momento, pouca ou nenhuma esperança de conseguir, ou pela força de argumento ou por garantias amistosas, qualquer coisa aqui," avisou a Adams, "e tampouco tenho motivo para acreditar que reclamações enérgicas teriam melhor resultado." A Coroa portuguesa, concluiu o diplomata norte-americano, dava "menos importância a nossa amizade que parece merecer...."⁴⁸

O efeito do fracasso da missão de Graham - ele largou o posto depois de menos de um ano - foi tornar ainda mais profundo o desencanto do governo norte-americano com a casa reinante no Brasil, e ainda mais difícil uma resolução das divergências políticas entre eles. Corrêa da Serra, em Washington, chegou até a avisar aos líderes políticos ali que o governo do Rio de Janeiro havia estudado seriamente a idéia de declarar guerra aos Estados Unidos. "Que há cinco ou seis anos atrás, o povo dos Estados Unidos eram, de todas nações, aquela que os portugueses mais estimavam," Corrêa disse com certo exagero a Adams. "Agora são a que mais odeiam...."⁴⁹

Uma solução para os dois países, sugeriu o enviado por

tuguês, seria se unirem em um "sistema americano de política," um termo algo elaborado para o que equivaleria a ação conjunta contra a pirataria nas águas do Hemisfério Ocidental. Não está claro se essa sugestão se originou no Rio de Janeiro, ou se era uma demarche pessoal de Corrêa. O que estava claro, porém, era que "piratas," para os portugueses, significava corsários uruguayos, e o governo americano não quis envolver-se em lutas coloniais ou alheias.⁵⁰ Adams, em uma reunião ministerial, não deixou dúvida sobre sua opinião:

Enquanto Portugal reconhecer a Casa de Bragança como seu soberano, a Casa de Bragança permanecerá Europeia, e não Americana - um satélite, e não planeta principal. E, com respeito a um sistema americano, o temos nós; nós o constituímos inteiramente; não há comunhão de interesses ou de princípios entre a América do Norte e do Sul.⁵¹

A administração Monroe, assim, rejeitou a proposta curiosa de Corrêa, e posteriormente também reafirmou sua "perfeita e imparcial neutralidade" na luta entre o Brasil e a Banda Oriental.⁵²

O tumulto de 1820 na Península Ibérica, com levantes "liberais" primeiro na Espanha e, depois, em Portugal, teria influência decisiva no curso da história brasileira. Dado o estado das relações entre Washington e a Casa de Bragança, era natural que portavozes norte-americanos olhassem com satisfação esses acontecimentos, que pareciam capazes de enfraquecer o controle daquela Casa sobre o mundo luso-brasileiro. Jefferson foi tão longe que disse que manifestar solidariedade aos liberais em Portugal era um dos "deveres" dos Estados Unidos.⁵³ O Niles' Weekly Register (28 de outubro de 1820) falou esperançosamente de "considerável fermento" no Brasil também, onde uma revolução lhe parecia provável. Esperava o Register (20 de janeiro de 1821) que fossem verdadeiras as informações de que D. João não reconheceria a autoridade das Cortes em Lisboa, já que isto (supõe-se que por uma insurreição popular) talvez derrubasse o tro

no, sendo o rei "uma espécie de bicho do qual estamos prestes a abrir mão."

Durante a agitação de 1821-1822, quando o Brasil marchava rapidamente para a independência, esse marcado preconceito antimonarquista manifestava-se, de maneira claríssima, nos relatórios de agentes norte-americanos neste país, que continuavam pintando um quadro desfavorável do governo régio e do povo governado por ele. O Cônsul Hill, por exemplo, em maio de 1821, comentou que

Este Governo... tem-se mantido em quase nenhuma outra base que o medo, e a alegada reverência do povo para uma religião supersticiosa e uma monarquia antiquada; e na confiança que foi depositada [pela Igreja e a Monarquia] na sua ignorância e inércia.⁵⁴

Nos meses seguintes a situação no Brasil ocupou, cada vez mais, a atenção pública nos Estados Unidos. Dada a demora nas comunicações, as notícias eram sempre tardias e confusas, mas o desgosto arraigado para com as monarquias, e a fé inquebrantável no sistema representativo, levaram a imprensa norte-americana a interpretar as notícias como augúrios de uma futura república para o Brasil. "Não vemos [claramente] o que o povo [brasileiro] está querendo, mas," avisou um semanário, "parecem ter algumas idéias cruas e indigeridas de independência e governo livre."⁵⁵ Embora admitindo que o curso dos acontecimentos, em princípios de 1822, não permitia avaliação precisa de seu resultado provável, o fato que o Brasil parecia estar procurando "independência total da Europa" era sinal positivo⁵⁶ - porque não poderia significar separação ideológica, assim como política?

A decisão de D. Pedro de convocar uma assembléia nacional era motivo de "muita satisfação" para os observadores norte-americanos,⁵⁷ e a imprensa seguiu atentamente as ocorrências subsequentes.⁵⁸ É interessante notar, porém, a falta de comentá-

rios exuberantes sobre os acontecimentos históricos de agosto e setembro de 1822. Estes receberam ampla cobertura na forma de sumários factuais, e de traduções de várias proclamações, manifestos, decretos, e cartas entre D. João e D. Pedro. Mas não havia a mesma euforia de 1817. Ao contrário, havia óbvio desapontamento com a forma de governo adotada pelo Brasil independente.

Enquanto existir a ameaça de uma intervenção portuguesa para anular a independência do Brasil, disse a National Gazette de Filadélfia (13 de novembro de 1822),

o descontentamento interno com o sistema imperial pode ser reprimido e abafado. Mas essa crise [externa] aparente não durará muito, e quando claramente desaparecer, os princípios de liberdade civil e política que foram plantados, germinarão e espalhar-se-ão ativamente. Um imperador constitucional e um solecismo que poucas pessoas não poderão discernir. Nenhum governador imperial ou monárquico

monárquico pode permanecer neste Continente.

O New York Spectator também era hostil ao novo regime brasileiro. Comentando a linguagem usada em algumas declarações públicas de D. Pedro, o Spectator advertiu (1 de novembro de 1822) que se estava processando uma "trama insidiosa para montar uma farsa semelhante àquela exibida há pouco tempo no México" onde Agustín Iturbide foi proclamado imperador. A linguagem deste "segundo Iturbide" foi, na opinião do Spectator, "totalmente incompatível com os direitos do povo." Nas seguintes semanas os redatores desse jornal atacaram ferozmente a política interna e externa da monarquia brasileira. Referindo-se à luta cisplatina, o Spectator (10 de dezembro de 1822) disse:

Assim a ambição de um homem envolveu este bom país (Brasil) em todos os horrores de uma guerra civil. Não achamos ultrapassar os limites da caridade em expressarmos nosso desejo de que estes imperadores oportunistas sejam varridos da face da terra. Eles parecem escorpiões, que tem-se colocado, pela torpeza de sua conduta, e pelo seu ódio à liberdade, fora dos limites da tolerância humana.

Meses depois, Niles' Weekly Register (3 de maio de 1823) deu voz nítida à decepção norte-americana quando tachou o governo brasileiro de "estupidamente monarquista."

Os relatórios diplomáticos enviados a Washington provavelmente aprofundaram as suspeitas dos líderes norte-americanos em relação ao governo do Brasil, já que falaram em ligações entre D. Pedro e tronos europeus. "Há pouca dúvida que a França tenha feito algumas promessas ao Imperador," avisou o cônsul no Rio, "e está bem claro que a influência francesa agora predomina nesta Côrte." Alguns jornais monarquistas, adicionou o cônsul, estavam abertamente chamando D. Pedro o "point d'appui com o qual os monarcas da Europa contam, encarando-o como 'um contrapêso às democracias da América do Norte e do Sul.'" 59

José Silvestre Rebello, enviado a Washington como encarregado de negócios, sentia por toda parte a desconfiança em relação ao Brasil.⁶⁰ No Departamento de Estado, este diplomata argumentou que o povo brasileiro, como o dos Estados Unidos, tinha direito à forma de governo que desejava; e os brasileiros, disse Rebello, queriam a monarquia hereditária. Mas deu-se conta de que os norte-americanos tinham uma "antipatia horrorosa contra as Dinastias Reinas." 61 De fato, "um Rei é hoje muito mal visto só por ser Rei," comentou Rebello, "e os Governos Monárquicos não prestam na opinião desta gente." 62 O diplomata brasileiro ficou tão impressionado com a força do anti-monarquismo nos Estados Unidos, que começou a desconfiar das intenções norte-americanas na América Latina. "A idéia, de que a América deve ser toda Republicana, pois que a Europa é toda Realista, fez impressão," escreveu Rebello, "e a modo que serve de base à conduta em Política...." 63 Sabia-se que um congressista norte-americano visitara o México na véspera da derrota de Iturbide, o encarregado explicou, "e não duvido que ele espalhasse

idéias anti-monárquicas...."⁶⁴

Rebello, porém, estava enganado em suas insinuações sobre a política norte-americana, e, de fato, havia forças, em tão em marcha, promovendo uma situação diplomática normal entre os Estados Unidos e o Brasil. Uma destas forças era a perspectiva de expansão comercial. A visão do potencial brasileiro levada aos Estados Unidos pelos comissários especiais de 1818, reforçada pelo aumento modesto, mas significativo, na exportação para o Brasil, encontrara ecos à medida que este país caminhava para a independência. Niles' Weekly Register (10 de novembro de 1821), por exemplo, apontou para a extensão e os recursos do Brasil, e concluiu que, se forem explorados de maneira inteligente, não haveria motivo para que este país não avançasse para a grandeza "quase tão rapidamente quanto nós o fizemos." O cônsul no Rio concordou, observando em junho de 1822 que, se o Brasil conseguisse sua independência, cortaria "quase o último elo que liga a América à Europa, e, talvez, no futuro produza grandes benefícios para o comércio dos Estados Unidos."⁶⁵ Pouco depois de receber a notícia de que o Brasil havia proclamado a independência, o Richmond Enquirer (19 de dezembro de 1822) e outros jornais também chamaram atenção para a oportunidade:

Os acontecimentos neste país deverão suscitar muito interesse nos Estados Unidos, ou por considerá-lo como vizinho no mesmo continente, ou como tendo muitas características em comum com sua irmã maior. O número de habitantes do Brasil está atualmente mais ou menos igual aquele das colônias [norte-] americanas quando declararam sua independência.... O comércio deste país está dominado principalmente pelos ingleses, que vem gozando de um tratado comercial muito vantajoso com os portugueses, e que quase saturou o país com seus produtos manufaturados. Se um governo brasileiro for permanentemente estabelecido, não tenho dúvida que preferência será dada ao comércio dos Estados Unidos, e um grande mercado encontrado, não só para os produtos de nossa lavoura, mas também para o crescente excedente de nossas manufaturas....⁶⁶

Antônio Gonçalves da Cruz, que permanecera nos Esta-

dos Unidos depois de sua mal-sucedida missão em 1817, e que foi designado cônsul-geral por D. Pedro em janeiro de 1823, percebia a importância dessa corrente de opinião, e assegurou a seu governo que era

vã a suposição que este Governo, por ser republicano, seja resistente em reconhecer um Império Constitucional. Mui longe está de tal etiqueta. Assim como corteja os Soberanos da Europa, não diminuirá seu miramento para com o Monarca Brasileiro; e maior será seu respeito a este, se as riquezas exuberantes de seus domínios são geralmente reconhecidas.⁶⁷

Que o governo imperial reconhecia a força desta argumentação, ficava implícito nas instruções a Rebello para fazer sentir ao governo norte-americano que a possível vantagem comercial que receberiam os Estados Unidos, "avultaria a proporção do entusiasmo que motivaria no Brasil um pronto reconhecimento."⁶⁸

Outro fator que abriu o caminho para uma aceitação, por Washington, da nova ordem no Brasil, foi uma mudança no alinhamento político das potências européias. A novidade principal foi a divergência crescente entre a Inglaterra e as outras potências, mas também havia sinais de diferenças entre a França e a Espanha, mesmo antes da Rebelião Riego em 1820. Atenuada a ameaça de uma reação por parte da Europa, e levando em conta os grandes avanços feitos pelos revolucionários hispano-americanos, os Estados Unidos já haviam reconhecido vários governos "patriotas" - Colômbia, México, Chile, La Plata e Peru - em 1822. Depois, a oposição patente da Inglaterra à invasão da Espanha pela França em 1823, para restaurar Fernando VII em todos os seus poderes autocráticos, sabidamente influenciou a Monroe quando, no fim desse ano, apresentou ao Congresso a famosa mensagem que a História conhece pelo nome de Doutrina Monroe. Seguro de que a Inglaterra não aquiesceria em qualquer tentativa por parte da Santa Aliança de restabelecer a autoridade espanhola na América Latina, Monroe podia lançar sua advertência contra a in



tervenção européia no Hemisfério Ocidental.⁶⁹

O governo brasileiro, ao que parece, considerava essa atitude dos Estados Unidos como seu trunfo, e quis jogá-lo, logo de início, lembrando a Rebello que

Para convencer esse Governo do particular interesse que lhe resulta em reconhecer prontamente a nossa independência, bastara trazer a lembrança o que tantas vezes se tem dito e escrito sobre o perigo que corre a América se na sua actual posição não concentrar-se em si mesmo, e reunir-se toda para opor uma barreira as injustas tentativas da velha e ambiciosa Europa.

Se isto não for suficiente para conseguir a assistência dos Estados Unidos, Rebelo, segundo suas instruções, deveria tentar despertar as velhas e conhecidas apreensões norte-americanas, fazendo sentir que o Brasil "se veria obrigado a ir procurá-la em alguma Potência da Europa..."⁷⁰ Fiel a estas instruções, Rebello, em pelo menos duas notas entregues ao Secretário de Estado Adams, levantou o espectro da intromissão européia no Brasil.⁷¹

Examinando a reação de Washington à candidatura do Brasil a membro independente na comunidade das nações, é importante lembrar também que um dos governos hispano-americanos reconhecidos em 1822 era monarquista. O governo norte-americano, em relação ao Imperador Iturbide do México, superou suas dúvidas ideológicas, e agiu friamente no interesse nacional, e ainda porque o Presidente e o Secretário de Estado estavam convencidos de que o desaparecimento, mais cedo ou mais tarde, de todas as monarquias, era uma fatalidade histórica, - opinião expressada, aliás, por Adams em se referindo ao Brasil.⁷² Existia, assim, um precedente para o reconhecimento de monarquias na América. Em uma reunião ministerial para debater o caso brasileiro, o Presidente Monroe repetiu que "o princípio essencial para nós era a independência. A forma de governo não era assunto nosso..."⁷³

Logo depois, a 26 de maio de 1824, os Estados Unidos tornaram-se a primeira nação a reconhecer a independência do Brasil. Rebelo, recebido em audiência especial pelo Presidente, assegurou-lhe que "O Governo e Povo do Brasil sempre lembrar-se-ão," e Monroe respondeu que os Estados Unidos "conservarão sempre com o Brasil... as melhores relações de amizade, e que o Brasil seria sempre tratado com toda a atenção."⁷⁴ No Brasil a notícia, segundo o cônsul norte-americano, causou um verdadeiro impacto. Os portugueses radicados no país ficaram

excessivamente zangados, que há quase nenhum natural de Portugal aqui, que não tenha estado sonhando com um restabelecimento dos laços com a metrópole, e alguns deles deram-se a execrações amargas, dizendo que era uma desgraça para uma monarquia solicitar o patrocínio de uma República, e de uma tão insignificante na hierarquia de nações.

O Imperador, soube o cônsul, "mal podia conter-se" ao receber a notícia.⁷⁵ Em uma mensagem enviada a Rebelo, D. Pedro mandou dizer ao Departamento de Estado que "muito estimou" o gesto, que "o Governo Brasileiro terá sempre em lembrança a Nação ilustrada e conterrânea que não hesitou em tomar a si a prioridade do reconhecimento do Império do Brasil."⁷⁶

Os Estados Unidos e o Brasil independente, assim, iniciaram o primeiro capítulo da história de suas relações diplomáticas. O governo norte-americano, portanto, não procedeu ao reconhecimento por entusiasmo para com o novo Brasil, que, aos olhos norte-americanos, teve em seu favor só o fato de ter cortado os laços políticos com uma potência européia, e de representar um mercado potencialmente importante. O governo do Brasil era uma monarquia com laços dinásticos com o Rei de Portugal, e no passado recente os líderes norte-americanos não encontraram motivos para ficar contentes com a perspectiva de ter que continuar tratando com a Casa de Bragança na América. O mercado brasileiro, aliás, estava sob o domínio dos comerciantes ingleses



que, sem dúvida, lutariam para manter sua posição.

Tais circunstâncias aconselharam cautela. Quando Re-bello, em janeiro de 1825, pediu ao Departamento de Estado que assinasse uma "aliança ofensiva e defensiva" para impedir que Portugal tentasse reconquistar o Brasil, o governo norte-americano não só recusou, mas advertiu que, no caso de Portugal ocupar uma parte do território brasileiro, os Estados Unidos permaneceriam neutros "oferecendo sua amizade, e fazendo igual justiça, a ambos os lados."⁷⁷ Uma tal aliança, com qualquer país, para os Estados Unidos daquela época, era fora de cogitação. Mas o que se sente, nessa reação à proposta, é prevenção contra a monarquia deste país, que a linguagem polida dos diplomatas não conseguiu disfarçar. A atitude dos Estados Unidos para com o novo Brasil era, assim, cordial, mas marcada por desconfiança, restrições ideológicas, e pela resolução de esperar os acontecimentos. Para líderes norte-americanos, só o futuro diria se os dois países descobririam interesses comuns e agiriam juntos na arena internacional.

REFERÊNCIAS

1. Valiosos estudos gerais sobre a política norte-americana na América Latina durante essa época são J. Fred Rippy, Rivalry of the United States and Great Britain over Latin America, 1808-1830 (Baltimore, 1929); Charles C. Griffin, The United States and the Disruption of the Spanish Empire, 1810-1822 (New York, 1937); e Arthur P. Whitaker, The United States and the Independence of Latin America, 1800-1830 (New York, [1941] 1962). Obra indispensável para o estudo da política exterior geral dos Estados Unidos nesse período é Samuel F. Bemis, John Quincy Adams and the Foundations of American Foreign Policy (New York, 1949).
2. Whitaker, Independence of Latin America, 23-25.
3. Thomas Jefferson a William Claiborne, 29-outubro-1808,

The Writings of Thomas Jefferson, ed. Paul L. Ford (10 vols., New York, 1892-1899), IX, 212-213.

4. José Rademaker ao Conde de Linhares, 7-dezembro -1810, maço 4, lata 196, Arquivo Histórico do Itamaraty.

5. James Monroe ao Ministro Joel Barlow (França), 27-novembro-1811, Diplomatic Correspondence of the United States concerning the Independence of the Latin American Nations, ed. William R. Manning (3 vols., New York, 1925), I, 12-13.

6. Monroe ao Ministro Albert Gallatin (França), 26-maio-1820, The Writings of Albert Gallatin, ed. Henry Adams (3 vols., Philadelphia, 1879), II, 142. Whitaker, Independence of Latin America, 199, chamou essa política de "não-beligerância".

7. George Dangerfield, The Awakening of American Nationalism, 1815-1828 (New York, 1965), 8.

8. Edward H. Tatum, Jr., The United States and Europe, 1815-1823 (Berkeley, 1936), 18.

9. J.Q.Adams a Monroe, 22-janeiro-1816, The Writings of John Quincy Adams, ed. Worthington C. Ford (7 vols., New York, 1913-1917), V, 489. Também, suas cartas a George W. Erving, 10-junho-1816, e William Plumer, 17-janeiro-1817, Writings, VI, 45, 141-144.

10. Por exemplo, Secretário de Guerra John C. Calhoun a Charles Tait, 20-maio-1820, The Papers of John C. Calhoun, Volume V, 1820-1822, ed. W. Edwin Hemphill (Columbia, South Carolina, 1971), 132; Senador Rufus King a J.A. King, 11-março-1820, The Life and Correspondence of Rufus King, ed. Charles R. King (6 vols., New York, 1894-1900), VI, 297.

11. Monroe a Gallatin, 26-maio-1820, Albert Gallatin, II, 142.

12. Para uma discussão iluminadora da psicologia norte-americana nessa época, veja Russel B. Nye, The Cultural Life of the New Nation, 1776-1830 (New York, 1960), 3-53.

13. Jefferson ao Barão von Humboldt, 6-dezembro-1813, Writings of Thomas Jefferson, IX, 430; Jefferson a John Adams, 17-maio-1818, The Adams-Jefferson Letters, ed. Lester J. Cappon (2 vols., Chapel Hill, 1959), II, 523.
14. R. King a C. Gore, 5-novembro-1816; Gore a R. King, 26-janeiro-1818; Oliver Wolcott a King, 4-fevereiro-1818, Life and Correspondence of Rufus King, VI, 33, 112, 114.
15. John Adams a Jefferson, 28-janeiro-1818, Adams-Jefferson Letters, II, 523.
16. Memoirs of John Quincy Adams, ed. Charles F. Adams (12 vols., Philadelphia, 1875-1876), V, 324-325.
17. Henry Hill a J.Q. Adams, maio-1821, Manning, Diplomatic Correspondence, II, 713, 716.
18. Citado em Lawrence F. Hill, Diplomatic Relations Between the United States and Brazil (Durham, 1932), 3-4.
19. Ibid., 5-6
20. Whitaker, Independence of Latin America, 116.
21. Hill, United States and Brazil, 11-16.
22. Thomas Sumter, Jr., a Monroe, 29-dezembro-1815, Manning, Diplomatic Correspondence, II, 699; Monroe a Redemaker, 5-junho-1816, I, 31.
23. Hill, United States and Brazil, 16-18.
24. Livro indispensável sobre os acontecimentos de 1817 é Francisco Muniz Tavares, História da Revolução de Pernambuco em 1817 (3ª ed., Recife, 1917). Veja também Manoel de Oliveira Lima, Dom João VI no Brasil (2 vols., Rio, 1908), II, 785-828; e, para um estudo mais recente e analítico, Carlos Guilherme Mota, Nordeste 1817 (São Paulo, 1972).
25. Niles' Weekly Register, 3-maio-1817.
26. Veja também, National Intelligencer (Washington), 29-abril-1817.

27. Carta dos Governadores Provisórios da Província de Pernambuco a Monroe, 12-março-1817, Ministério da Educação e Saude, Documentos Históricos - Revolução de 1817, Volume CI (Rio, 1953), 18-19.

28. Muniz Tavares, Revolução de Pernambuco, CLVI.

29. Philadelphia Weekly Aurora, 9-junho-1817.

30. Boston Yankee, s.d., citado em ibid.

31. Barão J.G. Hyde de Neuville, Mémoires et souvenirs, Volume II (Paris, 1890), 269.

32. Trata-se de um artigo anônimo no National Intelligencer de Washington, 12-maio-1817.

33. A atividade de Correa da Serra é descrita em carta do Secretário de Estado Interino Richard Rush a James Madison, 14-junho-1817, rolo (microfilm) 6, Arquivo James Monroe, Manuscripts Division, Library of Congress, Washington, D.C.

34. Monroe a Joel R. Poinsett, 25-abril-1817, Manning, Diplomatic Correspondence, I, 39.

35. Caesar A. Rodney a Monroe, 6-junho 1817, rolo 6, Arquivo Monroe.

36. Ibid.

37. Veja-se Muniz Tavares, Revolução de Pernambuco.

38. Philadelphia Weekly Aurora, 21-julho-1817.

39. "Revolution in Pernambuco," North American Review, V (Ulho de 1817), 227-239.

40. Antônio Gonçalves da Cruz a Monroe, 20-agosto-1817, citada em Muniz Tavares, Revolução de Pernambuco, 199 (notas de Oliveira Lima). Sobre as atividades de Cruz: José Corrêa da Serra (Washington) ao Governador Luiz do Rego Barreto (Recife), 15-dezembro-1817; José Carlos Mairink da Silva Ferrão a Antônio Simões Roussado e Freire, 20-dezembro-1817, Documentos Históricos, Vol, CII, 173, 181.

41. Rush a Rodney e John Graham, 18-julho-1817; J.Q. Adams a Rodney, Graham e Theodorik Bland, 21-novembro-1817, Manning, Diplomatic Correspondence, I, 42-45, 47.

42. Henry M. Brackenridge, Voyage to South America [...] (2 vols., Baltimore, 1819), I, 125, 133-134, 155-157, 164.

43. Whitaker, Independence of Latin America, 117.

44. O governo português até levou esta questão ao congresso de potências européias em Aix-la-Chapelle, em 1818. Hill, United States and Brazil, 18-19.

45. William Crawford a Gallatin, 1-maio-1818, Albert Gallatin, II, 63.

46. J.Q. Adams a Graham, 24-abril-1819, Manning, Diplomatic Correspondence, I, 98-101.

47. Graham a J.Q. Adams, 7-agosto-1819, rolo 5, (microcopy 121), Records of the Department of State, National Archives, Wash., D.C.

48. Graham a J.Q. Adams, 26-outubro-1819, ibid.

49. J.Q. Adams a Monroe, 30-agosto-1820, Writings of John Quincy Adams, VII, 70.

50. "A idéia tem certa atração," observou Monroe, "mas acredito que a consequência seria ligar-nos... com Portugal contra as colônias rebeldes." Monroe a J.Q. Adams, 11-agosto-1820; Ibid. 63.

51. Memoirs of John Quincy Adams, V, 176.

52. J.Q. Adams a Corrêa da Serra, 30-setembro-1820, Writings of John Quincy Adams, VII, 74.

53. Jefferson a F.W. Gilmer, 29-novembro-1820, rolo 87, Arquivo Jefferson, Manuscripts Division, Library of Congress.

54. Hill a J.Q. Adams, maio-1821, Manning, Diplomatic Correspondence, II, 74.

55. Niles' Weekly Register, 20-outubro-1821.

56. Richmond Enquirer, 18-junho-1822.
57. New York Spectator, 13-agosto-1822.
58. Por exemplo: Niles' Weekly Register, 5 e 22- outubro-1822; Charleston Courier, 9 e 21 -novembro- 1822; Richmond Enquirer, 4-outubro, 1, 19, 29-novembro-1822; New York Evening Post, 1-outubro, 12-novembro-1822; Boston Patriot and Commercial Adviser, 8, 9 e 15-novembro-1822.
59. Condy Raguet a J.Q. Adams, 20-janeiro-1824, Manning, Diplomatic Correspondence, II, 775.
60. Para um estudo detalhado de sua missão, veja Whitaker, "José Silvestre Rebello: The First Diplomatic Representative of Brazil in the United States," Hispanic American Historical Review, XX (1940), 380-401.
61. Rebello a Luiz José de Carvalho e Melo, 26-maio-1824, Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Diplomático da Independência (6 vols., Rio, 1923), V, 107.
62. Rebello a Carvalho e Melo, 26-junho-1824, Ibid., 118-119.
63. Rebello a Carvalho e Melo, 5-junho-1824, Ibid., 117.
64. Rebello a Carvalho e Melo, 26-maio -1824, Ibid., 107.
65. Cônsul Interino P.Sartoris a J.Q. Adams, 13-junho-1822, Manning, Diplomatic Correspondence, II, 737.
66. Este artigo, segundo o Enquirer, também apareceu na Boston Centinel.
67. Cruz a José Bonifácio de Andrada e Silva, 31-julho-1823, Arquivo Diplomático, V, 73.
68. Instruções de Silvestre Rebello, Ibid., 12.
69. Sobre a situação européia e seus reflexos na política norte-americana, veja Whitaker, Independence of Latin America, 317-395. A atitude da França é comentada em William S. Robertson, France and Latin-American Independence (Baltimore, 1939), esp. 178-225. O livro clássico sobre a Doutrina Monroe é Dexter Perkins, The Monroe Doctrine, 1823-1826 (Cambridge, 1927).

70. Instruções de Silvestre Rebelo, Arquivo Diplomático, V, 12.

71. Rebelo a J.Q.Adams, 20, 29-abril-1822, Manning, Diplomatic Correspondence, II, 788-789, 792.

72. Whitaker, Independence of Latin America, 378-379.

73. Citado em ibid., 554.

74. Rebelo a Carvalho e Melo, 26-maio-1824, Arquivo Diplomático, V, 109.

75. Raguet a J.Q.Adams, 12-setembro-1824, Manning, Diplomatic Correspondence, II, 803-804.

76. Carvalho e Melo a Rebelo, 13-setembro-1824, Arquivo Diplomático, V, 23.

77. Rebelo a J.Q.Adams, 28-janeiro-1825; Secretário de Estado do Henry Clay a Rebelo, 13-abril-1825, Manning, Diplomatic Correspondence, II, 808-809, I, 233-234.

